

Brasil pagará juros em janeiro

**Ministra Zélia
confirma suspensão
da moratória
da dívida externa**

A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, anunciou ontem, como o **Estado** antecipou domingo, que o governo vai pagar aos bancos credores 30% dos juros da dívida externa que vencem entre 1º de janeiro e 31 de março do ano que vem — cerca de US\$ 500 milhões. “É um gesto de boa vontade, para demonstrar a nossa intenção de normalizar as relações com os credores sem abdicar dos princípios que estabelecemos para a negociação”, disse.

A proposta brasileira, apresentada ontem ao comitê dos bancos em Nova York pelo embaixador Jório Dauster, não prevê o pagamento sequer parcial dos juros em atraso desde julho de 89 — a principal reivindicação dos bancos. “Os atrasados continuam a ser objeto de negociação”, informou a ministra. Os juros em atraso somam cerca de US\$ 8,5 bilhões.

O percentual que será liberado foi estabelecido a partir da capacidade de pagamento do País no momento, explicou Zélia. O de 1º de janeiro a 31 de março foi determinado a partir de manifestação dos

próprios credores, que estabeleceram o final de março como a data limite para o fechamento de um acordo de renegociação global da dívida brasileira. O prazo indica também a esperança do governo de que a renegociação global esteja concluída até essa data.

O percentual de 30% dos juros será calculado sobre a dívida de responsabilidade do governo, em torno de US\$ 70 bilhões. A ministra Zélia anunciou também ontem que estão liberadas, a partir de janeiro, as remessas de divisas para pagamento da dívida do setor privado, que hoje chega a apenas US\$ 9 bilhões. Os pagamentos, tanto do setor privado quanto dos 30% da dívida pública, serão feitos à medida que forem vencendo os compromissos.

A decisão do governo de reiniciar os pagamentos de juros indica uma revisão radical senão da estratégia de negociação da dívida externa, certamente da tática. Depois de passar meses afirmando que os entendimentos com os bancos levariam meses e indicando, dessa forma, que o Brasil não tinha pressa em chegar a um acordo com os bancos, a equipe econômica parece ter constatado que a continuação do isolamento a que o País foi submetido pela comunidade financeira internacional, nos últimos meses, pode ser fatal para a execução da

política de estabilização, que entra agora em sua fase crítica.

“O tempo passou”, afirmou a ministra ao **Estado**, na sexta-feira, evitando reconhecer diretamente que o governo estava prestes a fazer um gesto de paz na direção dos bancos.

A forma como o Brasil ofereceu os pagamentos de juros confirma que o governo, agora, tem pressa, senão em estabelecer um acordo, ao menos em alcançar progressos suficientes nas negociações que possibilitem o apoio do Fundo Monetário Internacional e reabram o crédito oficial.

É razoável concluir que os pagamentos só continuarão, depois de março, se até lá as conversas avançarem o bastante para produzir os efeitos desejados pelo Brasil. Assim, a retomada parcial do serviço da dívida coloca pressão sobre os bancos para considerar o restante da proposta brasileira, que eles, até agora, tinham ignorado. Como a própria ministra sugeriu ontem, o objetivo imediato do gesto gesto é dissipar o clima carregado da negociação. Os bancos, de qualquer maneira, devem continuar a pressão pelo pagamento de uma parcela substancial dos juros atrasados. Até o início da noite de ontem, os credores oficiais e privados não tinham reagido à iniciativa brasileira.